

HABEAS CORPUS Nº 548.045 - MG (2019/0354056-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : JOSE LUCIO ROCHA E SILVA
ADVOGADO : JOSÉ LÚCIO ROCHA E SILVA - MG072984
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WALACE DE PAIVA RAMOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WALACE DE PAIVA RAMOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido nos autos da Apelação Criminal n.º 1.0435.14.001362-2/001.

Consta dos autos que o "*Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia em desfavor de Davidson Souza Barbosa, Décio Laudelino Rosa e Walace de Paiva Ramos, qualificados nos autos, como incurso nas sanções do art 121, § 2º, incisos I e IV c/c art. 29, todos do Código Penal, sob a alegação de que no dia 25/09/2014, por volta 22h40, [...], os réus, por motivo torpe e utilizando de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, desferiram vários golpes de facas contra Ronaldo Oliveira Silva*" (fl. 40).

Em **18/05/2017**, o Tribunal do Júri julgou parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal para absolver o Paciente Davidson Souza Barbosa, mas condenar o corréu Décio Laudelino Rosa à pena de 12 (doze) anos de reclusão, em regime fechado.

Irresignado, o *Parquet* interpôs recurso de apelação. Em **13/03/2018**, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial para submeter o Paciente a um novo julgamento perante o Tribunal do Júri, nos termos da seguinte ementa (fl. 137):

"APELAÇÃO CRIMINAL – HOMICÍDIO QUALIFICADO – SUBMISSÃO DOS APELADOS A NOVO JULGAMENTO – NECESSIDADE – CONTRADIÇÃO ENTRE AS RESPOSTAS DOS QUESITOS E DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS – RECURSO MINISTERIAL PROVIDO. 1- Havendo contradição nas respostas dos quesitos torna-se necessária a declaração de nulidade do julgamento, a teor do que preconiza o art. 564, parágrafo único, do Código de Processo Penal. 2- é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão do Conselho de Jurados que absolve o

Superior Tribunal de Justiça

acusado do delito de homicídio, ante o acolhimento da tese de ausência de prova da autoria, em se tratando de versão sem amparo no conjunto probatório."

Nas razões do writ, sustenta a Parte Impetrante que *"o acórdão que REFORMOU PARCIALMENTE A SENTENÇA é nulo de pleno direito, não podendo se realizar julgamento somente dos corréus absolvidos, sob pena inclusive de NULIDADE do novo julgamento do Egrégio Tribunal do Júri"* (fl. 5).

Alega que fere o princípio da soberania dos veredictos submeter somente os corréus absolvidos a um novo julgamento.

Requer (fl. 8):

"[Q]ue seja SUSPENSA a SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI da COMARCA DE MORADA NOVA DE MINAS designada para o dia 26/11/2019 às 09h, onde será submetido a novo julgamento o paciente WALACE DE PAIVA RAMOS, oficiando-se o Juízo da Comarca sobre a decisão;

Ao final, depois de prestadas as devidas informações e colhido o respeitável parecer da douta Procuradoria de Justiça, postulam pela ratificação da ordem que espera ser deferida em liminar, para CONCEDER A ORDEM, com o fim de reconhecer a NULIDADE DO ACÓRDÃO questionado, restabelecendo a sentença da Comarca de Morada Nova de Minas, onde foi absolvido o paciente."

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Em pedido liminar, a Defesa requer a suspensão do novo julgamento pelo Tribunal do Júri a ser realizado no dia 26/11/2019 às 9h.

Primeiramente, constato que o feito foi distribuído para minha relatoria somente no dia 26/11/2019, às 9h01, conforme certidão de fl. 440. No mais, em consulta ao *site* do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, verifico que o novo julgamento foi cancelado em 25/11/2019.

Nesse contexto, JULGO PREJUDICADO o pedido liminar.

Requisitem-se as informações do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio das quais deverá constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Superior Tribunal de Justiça

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora